

| 1138 | MOVIMENTO SOCIAL URBANO E PAC-MANGUINHOS (RIO DE JANEIRO): MOBILIZAÇÃO DE BAIXO, DESMOBILIZAÇÃO E REPRESSÃO DE CIMA

Timo Bartholl

Resumo

Em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) chega com investimento maciço para beneficiar as favelas de Manguinhos, Zona Norte do Rio de Janeiro. De imediato, atores locais se mobilizam para articular processos de acompanhamento do processo de implementação do megaprojeto, reivindicando participação democrática na gestão de sua cidade. Forma-se o Fórum Social de Manguinhos que enfrenta uma falta de diálogo com as autoridades públicas, e conforme que formula críticas diante da execução das obras, formas de repressão difíceis a serem respondidas. Em pesquisa de âmbito qualitativo e que parte do ponto de vista dos atores da base, tratamos entender os processos de mobilização de baixo, os que antecedem e os que podem ser vistos como resposta a chegada do PAC. E buscamos entender as desmobilizações de cima que se inserem em relações locais de poder e colocam os moradores que levantam suas vozes em risco. A pesquisa nos leva a diferenciar formas distintas de mobilização dos pobres da cidade, o que pode ser resumido numa polêmica: “Devem os favelados lutar pelo seus direitos?” “Para se manterem marginalizados, sim, mas para participarem da gestão da cidade, não!”

Palavras-chave: Manguinhos, Movimento Social Urbano, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Favela, Gestão Democrática da Cidade

1. O contexto deste trabalho

O presente trabalho tem suas origens na participação dos dois autores no Projeto de Pesquisa “Chance2Sustain” (<http://www.chance2sustain.eu>), um projeto de âmbito internacional e com financiamento da União Européia. O Work Package 3 deste projeto, “Policies and politics to address urban inequality: poor peoples networks, CSO networks and campaigns on sub-standard settlements in metropolitan areas” busca compreender melhor como no cenário de uma desigualdade urbana profunda os moradores das áreas pobres da cidade, neste caso o Rio de Janeiro, enfrentam os desafios de viver e sobreviver, qual a atuação do poder público para enfrentar essa desigualdade, e quais as formas de diálogo/interação e articulação entre os atores relevantes nestes processos. Para o Rio de Janeiro, as favelas escolhidas para a pesquisa foram o Morro da Providência, o Conjunto de Favelas de Manguinhos, e mais tarde ainda, a Vila Autódromo.

Foram contratados, pelo coordenador do projeto Einar Braathen, do NIBR (Norwegian Institute for Urban and Regional Research, <http://www.nibr.no>) com interlocução do IPPUR/UFRJ (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, <http://www.ippur.ufrj.br>), como equipe para os estudos de caso um estudante da área do planejamento urbano e regional e um pesquisador comunitário por território escolhido. Os dois autores deste trabalhos foram encarregados de pesquisar o processo de implementação do PAC em Manguinhos e sua relação com mobilizações da sociedade civil local diante deste mega-projeto. Entre agosto e dezembro de 2011 realizamos entrevistas, participamos em reuniões e pesquisamos o caso para elaborar o relatório e acompanhar o processo até meados do ano 2012. O trabalho que apresentamos aqui baseia-se nas pesquisas e nos relatórios, ao mesmo tempo que o ampliamos e acentuamos e por isso o assinamos enquanto pesquisadores autônomos. Agradecemos as instituições de fomento, o coordenador e os co-pesquisadores do projeto essa possibilidade de pesquisa e aprendizagem.

Em um território amplo e múltiplo como Manguinhos, enfocamos assuntos e territórios específicos, acerca dos quais aprofundamos nossa pesquisa de campo. Por um lado, na tentativa de capturar processos de mobilização dos moradores em relação aos múltiplos impactos do PAC-Manguinhos, analisamos as dinâmicas do Fórum Social de Manguinhos e como recorte espacial, para entender o PAC e como ele veio se materializar no território, escolhemos estudar o Conjunto Habitacional Embratel.

2. O território em questão: Manguinhos

Manguinhos, um grande conjunto de favelas que conta mais de 50.000 habitantes, situado na Zona Norte do Rio de Janeiro. O bairro Manguinhos consiste em uma área de 262 hectares, porém, considerando toda a área do 'Conjunto de Favelas' estimamos uma área total de 400 hectares. O território de Manguinhos é caracterizado por ser pouco homogêneo, com avenidas, rios e linhas férreas que a atravessam e subdividem. As favelas de Manguinhos fazem limites com os bairros de Higienópolis, Bonsucesso, Benfica e o Conjunto de Favelas da Maré e fazem vizinhança com o terreno da Fiocruz, maior centro de pesquisa e ensino na área da saúde da América Latina. Nas suas proximidades ainda estão localizadas os conjuntos de favelas Maré e Alemão, os três conjuntos somando mais de 300.00 habitantes.

O Conjunto de Manguinhos se divide em 16 favelas com gênese bastante

distintas. O Morro do Amorim é a mais antiga com sua origem em 1901 e se desenvolveu sem importantes intervenções pelo lado do poder público. Diferente disso os Conjuntos Habitacionais - DSUP, Embratel e CCPL - são frutos de processos recentes de ocupações informais de terrenos industriais abandonados e processos posteriores de retirada dos moradores e construção dos prédios dentro do âmbito das obras do megaprojeto PAC.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Manguinhos é de 0,648; colocando Manguinhos entre os cinco últimos bairros da metrópole carioca (segundo dados do IBGE de 2000). A renda mensal é baixa, com cerca de R\$ 188,00 per capita, 12 vezes menor do que em bairros da classe média da Zona Sul da cidade. Mais do que 75% dos habitantes de Manguinhos, por volta de 40.000, vivem com menos de 3 salários mínimos, e 20% não contam nem com um salário mínimo por mês. A taxa de desemprego, difícil de levantar em uma área com muitas fontes de renda informais, estima-se estar em torno de 30%, tendo algumas das favelas taxas de 40% a 50%!

Os habitantes de Manguinhos são, em sua maior parte, migrantes de primeira, segunda ou terceira geração provindos das áreas predominantemente rurais do nordeste do Brasil em busca de trabalho nas indústrias nas décadas de '70 a '90 (Freire & Souza, 2010).

Em geral, ciclos de industrialização e desindustrialização no decorrer de mais de um século de desenvolvimento da área, marcam a história de Manguinhos. Ao longo deste período, diversos planos e projetos urbanos para a área nunca saíram do papel:

Ao contrário do que se propunha para esta área [Manguinhos] no projeto Parkway, uma zona digna de figurar entre as melhores urbanizadas' (Reis 1943, p. 94), o processo de ocupação, intensificado a partir dos anos 40, transformou esta região na segunda mais poluída da cidade e uma das mais carentes em termos de infraestrutura e organização espacial, ficando claro o quanto a administração pública vem relegando o projeto urbano à utopia" (Fernandes & Gama-Rosa, 2009, p.43).

Diferentes entrevistados deram destaque a característica de Manguinhos enquanto território de transição, com altos graus de mobilidade entre os moradores devido à incerteza criada pela relação de descaso e descontinuidade de intervenções pelo lado do poder público com o território com muitas experiências de remoções "para longe". O nome da favela CHP2, que teve sua origem em 1951 e existe até hoje expressa bem esta relação: 'Conjunto Habitacional *Provisório*'.

3. Mobilizações populares em Manguinhos até a entrada no século 21

Com o final da ditadura militar nos anos '80, aos poucos a organização popular volta à cena. Favelas como Manguinhos, de certa maneira, no mínimo reaparecem como espaços de reivindicações e territórios de disputa após duas décadas de abafamento e repressão de possíveis mobilizações de base. Em entrevista, um participante das mobilizações dos anos '80 e, sobretudo, '90 relatou algumas das conquistas mais importantes de um grupo pequeno que se juntou para dedicar-se ao trabalho de base. Após uma enchente grave e que afetou muitas pessoas em Manguinhos, teve uma mobilização e foram realizadas pesquisas para descobrir quais seriam as necessidades mais urgentes dos moradores de Manguinhos (Com o resultado: 1. esgoto 2. iluminação pública e 3. lixo). Em seguida, em reuniões com todos os moradores e interessados foram desenvolvidas as estratégias para lutar por melhorias.

Estas mobilizações podem haver envolvidos as associações de moradores, mas não como ponto de partido ou espaços de articulação democrática dos mesmo. Já nesta época as associações de moradores e seus presidentes, por alguns entrevistados denominados de 'lideranças tradicionais' (numa relação de distanciamento crítico aos mesmos), representaram mais o estado diante das pessoas do que o contrário e, para dificultar a situação em Manguinhos, a fragmentação do território e existência de uma diversidade de associações e interesses diante delas, mais parecem ter dificultado do que facilitado a mobilização das comunidades.

Na história de Manguinhos, duas instalações de infra-estrutura urbana têm causados problemas contínuos. Por um lado uma linha de alta tensão atravessa as favelas João Goulart e CHP-2 inibindo a construção de casa nas proximidades e por outro lado um grande duto da Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE) que corta as favelas CHP-2 e Vila Turismo e que, ao estourar (o que já aconteceu), pode apresentar riscos graves para as pessoas nas proximidades.

No processo do aumento da densidade demográfica da área, moradores em diversos momentos não viram alternativas a não ser de construir suas casas ou em baixo da linha de alta tensão ou em cima ou próximo ao duto o que resultaria em ciclos de construção

(muitas vezes precária) e remoção, ou “para longe” ou para outras favelas de Manguinhos. Segundo uma pesquisadora e ex-moradora de Manguinhos, uma dessas remoções levou a uma mobilização a nível da comunidade, o que ajudou a melhorar as condições das casas alternativas oferecidas nas favelas Nelson Mandela e Samora Machel.

“A mobilização foi resultado do incomodo de ter que ser removido pra longe, nos chamamos os responsáveis da prefeitura e da CEDAE, nós tínhamos uma comissão para ir à secretária, e nessa época muita gente ficou mobilizada e depois das enchentes de 88, o fato de um risco eminente acabou assustando alguns moradores e forçando uma participação. De fato eu vi Manguinhos se unir, houve reuniões na quadra da escola de samba, nas associações de moradores, tudo isso de uma forma bastante participativa e menos egoísta, sem aquela idéia de “primeiro eu vou pensar em mim”, foi um momento bom! Isso me fez gostar de Manguinhos. Nós mudamos pra lá [Nelson Mandela] em 10 de Abril de 1990”

Nos anos '90 no Conjunto de Favelas de Manguinhos verifica-se outra fase de forte ocupação da região e são construídos os conjuntos habitacionais Nelson Mandela e Samora Machel pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e com verba do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em um terreno adquirido pela Prefeitura em permuta com a Empresa Brasileira de Telecomunicações - Embratel. Essa ação sinalizou o início de um novo processo de favelização na região: a ocupação de terrenos e construções abandonados por fábricas e empresas fechadas (Pessoa, 2006, 114):

Em 1995 é [ocupada] uma outra parte do terreno da Embratel, constituindo a comunidade Mandela de Pedra. Em 2001, se inicia a formação de outra comunidade neste mesmo terreno, denominada Samora II. Em 2002 a [ocupação] dos galpões abandonados da antiga Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), situada em frente à sede da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos cria mais uma favela, a Vitória de Manguinhos (ou 'CONAB'), comandada pelos moradores da Comunidade de Mandela de Pedra, localizada na calçada oposta da Rua Leopoldo Bulhões.

O mesmo processo se repetiu em outras instalações nos bairros próximos, terrenos e fábricas abandonadas, resultantes da desindustrialização da área. Uma delas, a CCPL tem sido objeto da mais recente intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujas instalações foram derrubadas para iniciar as obras de mais um conjunto habitacional nos primeiros meses de 2012.

3. PAC e PAC Manguinhos

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal foi implementado em 2007 e o primeiro ciclo de obras atualmente está em sua fase final, enquanto que um novo ciclo, o PAC2, já iniciou. Inicialmente, para o PAC foram previstos investimentos totais de 503,9 bilhões de reais até 2010 para serem aplicados em transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. A maior parte dos investimentos é aplicada em obras de infra-estrutura tais como rodovias, ferrovias, portos e grandes hidroelétricas. No dia 04 de fevereiro de 2009, quando se realizou o balanço de dois anos do lançamento do PAC, o governo anunciou um aumento no programa até 2010 e o orçamento saltou para R\$ 646 bilhões (Araújo, 2010, p.15).

O PAC das Favelas no município do Rio de Janeiro, conforme anúncio do governo federal do 04 de fevereiro de 2009 acerca de aumentos dos valores investidos receberia um total de R\$ 1 bilhão e 33 milhões, sendo destinados R\$ 516 milhões para o Complexo do Alemão; R\$ 368 milhões para o Complexo de Manguinhos; R\$ 114,5 milhões para a Favela da Rocinha; e R\$ 35,2 milhões para as Favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho do Cantagalo/Pavão-Pavãozinho.

Para a área de Manguinhos, parte do PAC Favelas, segundo o governo ao lançar o projeto, com as obras do PAC, 11,8 mil famílias da comunidade de Manguinhos seriam beneficiadas com a instalação de redes de água, doze quilômetros de rede esgoto, cinco de pavimentação e doze de drenagem. Segundo a EMOP seriam oferecidas 2549 novas unidades habitacionais (Araújo, 2010, p.16).

Grande parte da verba que foi mobilizada para a área de Manguinhos, porém, foi utilizada para modernizar a estação de trem de Manguinhos e elevar a linha férrea que atravessa o território, e, conforme os idealizadores desta obra, estaria atrapalhando a integração das favelas. Um engenheiro do Sindicato dos Engenheiros, no documentário *PAC: Promessas, Esperança, Desconfiança* produzido pelo Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM), relata de que elevar a via férrea teria sido pensado como a última de todas as intervenções possíveis e necessárias e não como uma das primeiras e principais. Não partilharam este ponto de vista os responsáveis pela execução das obras, e em 2012 lemos nos jornais da cidade:

Durante a inauguração, o governador Sérgio Cabral disse que o estado já injetou R\$1 bilhão em intervenções realizadas em parceria com o governo federal, que fazem parte do PAC. “Esta obra magnífica foi concluída por meio da união de esforços. Foram colocados 50% de recursos federais e 50% de recursos do governo do estado. Cuidem desta estação, preservem-na. Temos aqui a rambla de Manguinhos. Quando vi esse projeto em Barcelona quis trazê-lo para cá. Haverá quiosques, atividade comercial. Estamos trazendo novas oportunidades de convivência” disse.”¹

A situação ao redor da estação e na beira do elevador da via férrea é de grande descaso: casas semi-demolidas, moradias onde moradores foram removidos e que servem como abrigo de viciados em craque, enquanto que outros moradores continuam em suas casas esperando alguma melhoria ou solução

4. Manguinhos, ao receber as obras do PAC

Manguinhos no momento da chegada do PAC apresenta inúmeros problemas e desafios para os seus moradores, conforme os entrevistados:

Em Manguinhos, tem tanto essa questão mesmo emergencial, de sobrevivência, (...) isso dificulta a mobilização dos moradores, que têm questões imediatas de curto prazo, enquanto que o Fórum trabalha mais com a perspectiva longo prazo. Lixo na porta da casa, pessoas estão morrendo, ...

Aqui [em Manguinhos] todos os direitos são violados, é até difícil dizer qual é o mais.

Em todas as áreas - moradia, saúde, educação, emprego, etc. os moradores de Manguinhos enfrentam inúmeros problemas no seu dia-a-dia com uma demanda de melhoramento das moradias no próprio local, ou seja, sem remoções “para longe”, como foi o caso em intervenções do poder público em épocas anteriores.

Referente a precariedade de muitas moradias e da infra-estrutura em geral de Manguinhos, o fato do poder público mobilizar centenas de milhões de Reais para serem investidas em uma área que nunca antes tinha sido objeto de intervenções nesta escala, gerou esperança em muitos moradores e atores envolvidos em organizações atuantes em Manguinhos. Finalmente seria possível enfrentar e resolver os grandes problemas do bairro?

¹ <http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2012-06-24/governo-do-rio-inaugura-estacao-ferroviaria-construida-com-recursos-do-pac>

5. Manguinhos, ao receber a nossa pesquisa

No momento em que realizamos a pesquisa, grande parte das obras do PAC Manguinhos já tinham sido realizadas ou encontravam-se em andamento. Com isso, as lutas e mobilizações já tinham passado seus momentos mais intensos. Moradores de Manguinhos e movimentos sociais estavam vivendo uma dura ressaca de lutas perdidas e esperanças não realizadas. Muitos dos moradores que moravam nas áreas hoje em dia cobertas por prédios dos novos conjuntos habitacionais, não sabemos com certeza como e por onde ficaram: levaram uma indenização e conseguiram moradia em outro lugar? Ficaram com o aluguel social e conseguiram uma vaga nos novos conjuntos? Continuam morando em uma das favelas vizinhas dos conjuntos ainda em espera por uma nova moradia e continuamente ameaçados de serem removidos?

Neste cenário, a pesquisa de campo tratou de conectar-se com um passado recente, distante porém o suficiente para que os atores que vivenciaram e participaram das mobilizações, já tinham feito suas reflexões dos processos árduos de articulação e resistência, e, sob garantia da anonimização de seus depoimentos nas entrevistas, estavam dispostos a falar abertamente sobre os processos ocorridos.

6. Implementação do PAC e mobilização comunitária: Fórum Social de Manguinhos

A Favela É Cidade. Somos todos cidadãos! Mas somos uma parte da Cidade que muitos queriam esquecer, invisível! (Evangelista, 2008, p.1)

Ao receber notícia, em 2007, que Manguinhos seria incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), (a inauguração das obras pelo Presidente Luis Inácio da Silva aconteceu em 7 de março de 2008) um ciclo de mobilizações inicia-se. Com o anúncio das obras, agentes sociais já atuantes em Manguinhos junto a moradores se juntam para formar o Fórum Social de Manguinhos reivindicando processos democráticos de execução e acompanhamento das obras.

Madureira et al. (2009, p.4) resumem o objetivo do Fórum em “A Construção de Redes Sociais de Manguinhos Frente ao Desafio da Desterritorialização das Políticas

Públicas”. Segundo os autores do documento a gênese do Fórum Social de Manguinhos (FSM)

... surge reunindo os diversos atores sociais locais (associação de moradores, lideranças religiosas, grupos e organizações sócio-culturais, pré-vestibulares comunitários, programa de educação de jovens e adultos, entre outros atores coletivos) semanalmente, com quorum de 50 pessoas por reunião.

Segundo Araújo (2010, p.35)

todas as ações do Fórum seriam canalizadas para promover a participação democrática e efetiva da população, em todas as decisões a serem tomadas com relação às discussões, implementação e fiscalização da aplicação do Programa de Aceleração do Crescimento nas 12 favelas de Manguinhos que seriam beneficiadas dentro do PAC das Favelas.

Em um primeiro momento da atropelada chegada do PAC, houve uma ampla mobilização e, tanto grupos já existentes, como moradores enquanto novos atores, bem como as 'lideranças tradicionais' (os Presidentes das Associações de Moradores) estiveram juntos na construção da proposta de institucionalizar um Comitê de Acompanhamento do PAC. A resposta, que demorou a chegar, alegou que era uma opção, mas não uma obrigatoriedade dentro da legislação vigente de formalizar tal comitê, o que resultou em uma negação da proposta original.

Em seguida, as 'lideranças tradicionais' deixaram de participar do espaço coletivo recém-construído mais amplo, e o poder público buscou o diálogo direto com os mesmos, o que resultou na fragmentação dos processos de democratização de base e, por cima, colocou as vozes críticas em risco. Uma vez que as “lideranças tradicionais” têm vínculo direto com o tráfico de drogas local e afirmam seu poder através do mesmo, o poder público ao pactuar com eles, indiretamente, reprimiu a resistência e articulação dos mobilizados com a ajuda dos próprios traficantes deixando o processo chegar ao ponto das pessoas críticas ao desdobramento das obras serem ameaçadas e terem que deixar de expressar suas críticas. O próprio Fórum deixou de criticar diretamente as obras do PAC, mas sem deixar de atuar e encontrar seus caminhos de intervenção a acompanhamento crítico das obras.

Em abril de 2010, após Manguinhos novamente ter sido atingido por graves

enchentes, o Fórum Social pública o “Manifesto do Fórum do Movimento Social de Manguinhos para o desenvolvimento equitativo e sustentável para a quarta conferência da cidade do Rio de Janeiro”. A relação entre população local, que se mobiliza e poder pública, que pouco dialoga, é claramente expressa, como nos seguintes parágrafos das quatro páginas do documento (Fórum Social de Manguinhos, 2010, p.1):

No dia 20 de abril de 2010, em reunião do Fórum realizada na Comunidade de Varginha, com a presença de cerca de 100 moradores, foram discutidas as inundações e os graves prejuízos que sofreu Manguinhos, durante as chuvas de 5 e 6 de abril. Compreendendo-se que as famílias não podem sofrer de invisibilidade social por parte dos governos e da grande imprensa e que os moradores de Manguinhos devem ser ouvidos e decidir sobre as políticas públicas destinadas ao lugar em que vivem, uma das ações aprovadas foi a elaboração deste manifesto.

Importante pelo ponto de vista da mobilização diante das obras do PAC é o caráter de execução do PAC com responsabilidades divididas entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e o governo federal. No “Manifesto de Avaliação Propositiva – 11 meses do PAC-Manguinhos. Pelo Respeito ao Princípio da Gestão Democrática do Estatuto da Cidade” esta problemática é abordada com clareza (Fórum Social de Manguinhos, 2010, p.3):

Além da reconhecida falta de coordenação entre o Estado e a Prefeitura... soma-se a falta de integração entre os diversos setores envolvidos, e destes com a sociedade e com os sujeitos dos direitos inscritos no PAC Manguinhos.

Avaliando este documento e o posterior andamento das obras Christovão (2010, p.4) conclui:

Passados alguns anos após este primeiro conjunto de críticas ao andamento desta intervenção relacionada ao PAC e também desta tentativa de diálogo com o poder público, por parte da sociedade civil, não foram observadas mudanças de comportamento no tocante ao andamento das obras que pudesse ter revertido a insatisfação apresentada pelos moradores de Manguinhos. Além disso, apesar da enorme injeção de recursos no período de tempo que se seguiu a apresentação deste documento, as obras não conseguiram ser finalizadas no prazo prometido.

7. Embratel: da ocupação ao conjunto habitacional

Um terreno grande da Companhia de Telecomunicações Embratel na área de Manguinhos, na beira da Avenida Leopoldo Bulhões, encontra-se abandonado numa área

marcada pelo processo de desindustrialização, quando, no ano de 2005, é ocupado duas vezes por moradores de favelas vizinhas, sem nenhuma articulação com o poder público. A associação de moradores, sob influência do tráfico local de drogas, controlou o processo de tomada do terreno e distribuição de lotes de 6m² para quem pudesse comprovar a necessidade de uma moradia. Sem nenhuma articulação para além das relações de poderes locais os moradores decidiram de criar fatos e começaram a construir suas casas, certamente sob condições precárias, mas sem esperar por serem ouvidos ou receberem atenção pelo lado do poder público.

Até o final de 2009, a EMOP removeu, segundo os seus próprios dados, 1.239 famílias do local e iniciou as obras do novo Conjunto Habitacional Embratel que foi inaugurado em 25/10/2010 (Freire & Souza, 2010, 14-19). O exemplo do caso da Embratel mostrou que o vínculo concreto e a influência direta sobre a execução das obras do PAC pelo lado do Fórum Social de Manguinhos foi mínima.

O caso da Embratel nos fez refletir sobre formas distintas de articulação e resistência dos moradores de favelas. Ao mesmo tempo que acontecem processos coletivos e colaborativos em forma de mobilizações explicitamente políticas, como o próprio Fórum Social de Manguinhos, não podemos deixar de lado as estratégias que cada um dos moradores de Manguinhos formula de maneira muitas vezes implícita ou sutil, para garantir sua sobrevivência em um ambiente urbano que regularmente os coloca em situações de urgência e emergência, onde áreas de necessidades básicas como saúde ou educação precisam de muita luta para se alcançar algum retorno positivo. Estes projetos de alguma maneira estratégicos, apesar de espontâneos, no caso do Conjunto Habitacional Embratel, condicionaram um processo de ocupação sob condições certamente precárias de um terreno abandonado, que, posteriormente, abriu caminho para redefinir a área da Embratel como possível terreno para habitação.

8. O PAC Manguinhos e a atuação do poder público visto pelo olhar do movimento social de base

[...], entendemos que a implementação do PAC-Manguinhos tem desrespeitado, destacadamente, o Estatuto da Cidade, no que tange a “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e

projetos de desenvolvimento urbano”, prevista no inciso II do Art.2º.
(Fórum Social de Manguinhos, 2010, p.3)

Uma (talvez a mais severa) acusação contra o poder público pelos atores do Fórum Social de Manguinhos é ter aberto mão de qualquer possível processo participativo, ao negar a institucionalização de um Comitê de Acompanhamento, deixar de participar das reuniões do Fórum e colocar os protagonistas das mobilizações em risco para calar suas vozes melhor está explicado no seguinte trecho de uma das entrevistas realizadas.

Entrevistado/a: “Não é uma violência abstrata, é uma violência concreta mesmo, risco de vida mesmo. Se a gente colocar muito a cabeça do lado de fora, vem uma mão, né, de ferro, Oh: você aí no seu cantinho para você, entendeu? E, é isso que a gente vive.”

Pesquisador: “Mão de ferro, como o poder público reage?”

Entrevistado/a: “O poder público na verdade reforça. (...) O poder público ele inibe a participação e é claro que ele precisa de várias estratégias de inibir, por que ele também não pode, é feio né, assim, inibir a participação, colocando isso de forma clara. Mas, assim, ele usa as estratégias internas da comunidade para inibir essa participação. Quando o poder público deixa de dialogar com o movimento social e dialoga com uma liderança comunitária só (...) ele entende que aquela liderança não representa a comunidade. (...) Ela faz isso sabendo disso. Esse diálogo acontece exatamente para inibir a participação dos moradores, dos movimentos sociais, entendeu. E as articulações internas que as lideranças têm, são inúmeras, então eles usam esses poderes, poderes de violência mesmo. Então (...) o poder público tem uma influência muito forte”

O que se iniciou como uma tentativa de democratizar pela articulação na base terminou em uma “Paz sem voz” obras executadas sem nenhuma opção de diálogo a não ser em espaços de antemão negociados. Mesmo assim, um projeto que chegou com a perspectiva de prejudicar (devido à proximidade às obras ou por serem removidas) a moradia de 3.500 famílias e previa a construção de meramente 500 novas unidades de moradia, sofreu algumas modificações para melhorar seu resultado final: o número de casas construídas aumentou consideravelmente e algumas remoções até hoje não foram realizadas, como na Vila Turismo. Desde o início, questiona-se amplamente a intenção inicial e quanta importância dentro do PAC realmente é dada à questão da habitação, e é frequente a crítica

de que 60% do orçamento foi gasto para elevar a via férrea, obra cuja finalidade continua obscura, desde que em todo seu trilho passando por Bonsucesso, Ramos, Olaria, etc. a via corta os bairros ao meio e quando chega à Manguinhos (de repente) coloca-se como uma necessidade urbana principal para o bairro a livre circulação em baixo dos trilhos.

9. Devem os favelados lutar pelos seus direitos?" "Para se manterem marginalizados, sim, mas para participarem da gestão da cidade, não!"

Olhando para as duas formas principais de mobilização, no que diz respeito a formação do Fórum Social de Manguinhos e as ocupações auto-organizadas que antecedem a construção do Conjunto Habitacional Embratel, pelas experiências feitas em Manguinhos, parece existir uma chance muito maior da mobilização social dar resultado, quando os moradores se juntam para criar fatos por eles mesmos, sem reivindicar e esperar algo do diálogo com o poder público. Ao responder à demanda e necessidade de construir novas casas para morar, houve duas ocupações do terreno da Embratel, a segunda levando a um processo de doação do terreno da Embratel para o poder público, abrindo a possibilidade para os moradores ficarem em suas barracas auto-construídas.

Este tipo de mobilização se repete em diversos outros casos da região de Manguinhos, como nas favelas 'CONAB' e no 'CCPL' , sendo que no terreno do segundo se iniciaram as obras em Janeiro de 2012 para a construção de um novo Conjunto Habitacional nos moldes do Conjunto Habitacional da Embratel. Interessante neste caso o diálogo entre um processo de mobilização e o outro: por um lado, as ocupações irregulares, criando fatos com as próprias mãos e contra as leis e as relações de poder.

Por outro lado, a mobilização do Fórum Social de Manguinhos, que apesar de ter sido quase completamente silenciado e reprimido com o passar do tempo, questionou com organização e conhecimento o baixíssimo número de habitações inicialmente previstas diante do número de famílias atingidas pelas obras do PAC, o que levou ao aumento significativo de unidades de moradia do projeto.

Fora esse pequeno (diante das dimensões dos gastos totais do PAC) sucesso do Fórum Social de Manguinhos, a busca de formas legais e formais de participação por parte de segmentos da sociedade civil que moram e/ou atuam em Manguinhos foi negado qualquer chance de sucesso pelo lado do poder público, em conjunto com o setor privado ser indiferente a qualquer tipo de real participação. A mobilização legítima e levada por atores com compromisso ético e democrático, foi percebida como algo que meramente atrapalha e

conseqüentemente foi ignorada, reprimida e as vozes mais críticas foram colocadas em situação de risco diante das relações de poder locais, tornando as lideranças tradicionais os únicos com os quais o poder público e o Consórcio tinham diálogo. Os militantes do Fórum foram, conscientemente, entregues a situações de severo risco para calar suas vozes e acabar com as dezenas de críticas, o que mostra claramente as inúmeras falhas do PAC: quem implementa um projeto de milhões de reais em prol da população não precisaria temer sua participação e sua crítica.

Neste sentido, podemos entender que formas de organização dos pobres que os mantêm à margem da sociedade geram menos repressão, do que uma interação “entre iguais”. Ocupar e montar uma barraca e viver em condições precárias com muita insistência tem chance “de passar batido”, porém uma reivindicação de cidadania, participação e democracia no processo do planejamento urbano, ou seja, os pobres, reivindicando ter sua voz ouvida devidamente, sofrem repressões severas pelo lado dos setores público e privado. O pobre, pelo lado do poder público, simplesmente não é levado a sério. Ícaro Moreno, presidente da EMOP, bem representa essa visão paternalista e desrespeitosa do morador da favela ao dizer, em entrevista ao documentário “PAC: Promessas, Esperança, Desconfiança” diz que os novos moradores dos Conjuntos Habitacionais do PAC primeiro receberiam um curso de como se viver em sociedade. Nos mesmos moldes, as oficinas obrigatórias para as famílias “sorteadas” para morar na Embratel, tal com descrito por Freire & Souza (2010).

Traçamos um paralelo com a situação no campo brasileiro, não para dizer que são processos iguais, mas para entender sob outra luz as mobilizações no espaço urbano. Em décadas de ocupações e acampamentos respondidas com remoções violentas que têm forçado o Estado a colocar em prática leis de desapropriação e assentamento para os trabalhadores rurais, mais fortemente representados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). É, na prática, a criação de fatos, que dá uma posição de poder negociar com o poder público. Sem nada na mão reivindicando participação democrática, o pobre dificilmente vai ser ouvido, nem sequer o que ele diz vai ter alguma importância.

Diferentemente do campo, as ocupações em solo urbano, tais como na Embratel que levou levaram os moradores ao direito formal a uma casa dentro do Conjunto Habitacional Embratel do PAC, não são fruto ou resultam de formas de organização política nos moldes do MST ou outros movimentos sociais no seu sentido clássico, com bandeira, alto grau de identificação e discussão e construção de “outra sociedade possível a partir de baixo.

Os moradores das favelas, respondendo às suas necessidades básicas ocupam

terrenos, distribuem os lotes e uma vez tendo lutado e conseguido essas condições mínimas, organizam sua convivência e esperam ou lutam por melhorias, por intervenções do poder público. Um fato é que para a maior parte dos segmentos da esquerda, estas mobilizações e a auto-organização sócio-espacial dos pobres urbanos, cuja expressão materializada no território é a favela, passam despercebidas enquanto formas de atuação política organizada e acentuada. Como estes processos não respondem à linguagem e às formas clássicas de se fazer política em movimento social, por muitos não são devidamente reconhecidos como atos de resistência, o que de fato representam. Favela, em primeiro lugar é resistência e é a partir daí que precisamos analisar todos os fatores relevantes na relação favela-cidade: é este movimento de mudar o ponto de vista analítico que nos leva a perceber as relações de poder de outra maneira. O tráfico de drogas deixa de ser um mau que existe por si só onde tem favela, e torna-se resultado de processos de negação e controle: o que mais tem controlado e reprimido os pobres nas favelas a não ser o tráfico de drogas, enquanto força-motriz conduzida pelas máquinas grau de democratização do processo, apesar do Fórum Social de Manguinhos ter funcionado como espaço de cristalização de críticas e ter ganho visibilidade com suas demandas em sua fase mais ativa.

Em geral podemos dizer que a formulação de todo o PAC-Manguinhos não foi realizada a partir de um diálogo com as demandas da população local. Foi um grande projeto dentro de um 'Programa de Aceleração do Crescimento', no qual o investimento de dinheiro público é visto como o motor necessário para gerar crescimento econômico. Reais demandas da população neste quadro ficam em segundo plano ou podem até servir de 'desculpa' para investimento cuja utilidade e urgência é altamente questionável, tais como demonstra a elevação da via férrea.

Pelos depoimentos diversos atores envolvidos nos processos de acompanhamento crítico da implementação e do desenvolvimento da implementação das obras do PAC-Manguinhos, o processo deixou mais feridas abertas do que histórias de sucesso a serem contadas. Uma questão principal e séria é a denúncia que coloca o poder público em uma luz equivocada: ao invés de afirmar que a ausência do mesmo levaria a processos como estes, como em muitos trabalhos que tratam de espaços populares e sua relação com o Estado, interpretamos a situação de outra maneira: como o poder público se mostrou presente que deu margem e influenciou os processos de mobilização social resultantes da vinda das obras foram o principal problema, ou seja, sua forma de se mostrar presente e não sua ausência. **Megaprojetos, gestão democrática da cidade, academia:**

Questões para o debate

Qual o significado, quais as intenções e as justificativas que levam a formular intervenções em uma escala “mega-”?

Qual a idéia de uma cidade menos desigual e como alcançar este objetivo com investimentos altos em poucas áreas em curtos prazos para a realização, deixando inúmeras áreas completamente por fora do âmbito das intervenções?

Quais as possibilidades da sociedade civil, ou de segmentos dela, no caso de moradores de Manguinhos os diretamente atingidos, de reagir e atuar neste cenário? Existem formas de organização e mobilização que poderiam ganhar uma real influência sobre o andar de ou para evitar megaprojetos?

Qual o projeto urbanístico que alimenta o desenho dos conjuntos habitacionais? Por que, em vez de aprender com a conjuntura espacial das favelas vizinhas e entender na multifocalidade um conceito do convívio popular, constroem-se conjuntos sem nenhuma preocupação com a questão das necessidades básicas dos moradores?

Qual a possibilidade dos moradores realmente participarem de um processo de construção de moradia popular dentro do megaprojeto PAC, existe alguma abertura para isso acontecer?

Qual o papel de análise acadêmica crítica destes processos? Sugerimos que precisamos primeiro buscar compreender o conjunto de motivações que leva a megaprojetos para depois pensar formas adequadas de crítica. Criticar, por exemplo, neste sentido, a falta de participação no processo PAC-Manguinhos, significaria sugerir indiretamente que houve ou deveria haver uma real intenção de democratizar projetos 'mega' como o PAC, enquanto que a 'realização de um megaprojeto' e 'processo participativo' aparecem como antagônicos na trajetória do desenvolvimento urbano carioca.

Bibliografia

Araújo, J. B. Oliveira de, 2010. *Cidadania Escassa, Controle Negociado e os Movimentos Populares em Favelas: reflexões a partir do estudo de caso do Fórum Social de Manguinhos, no Rio de Janeiro*, Qualificação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ

Christovão, A. C., 2010. *Relatório da oficina “Urbanização de Favelas: disputas em torno do significado da integração à cidade e da pacificação”*, Rio de Janeiro, Fórum Social Urbano

Dias, M., sem ano. *Sobre o PAC*.

Disponível em: <http://www.pactopelacidadania.org.br/index.php/pacfavelas> [Consult. 15/05/2012]

Evangelista, P., 2008. *Palestra sobre Manguinhos em sua função de Secretaria Executiva do Fórum Social de Manguinhos*, Documento de circulação interna do Fórum Social de Manguinhos

Fernandes, T. M. & Gama-Rosa, R. C. 2009. *Histórias de Pessoas e Lugares. Memórias das comunidades de Manguinhos*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz

Freire, L. De Luna e Souza, M. Dias de 2010. *“Trocando o pneu com o carro andando”*: Uma etnografia do processo de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos, Relatório Final de Pesquisa, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ

Madureira, J. L. et al 2009. *A construção de redes sociais de Manguinhos frente ao desafio da desterritorialização das políticas públicas*. Disponível em: <http://www4.ensp.fiocruz.br/biblioteca/home/exibedetalhesBiblioteca.cfm?ID=6767> [Consult. 15/05/2012]

Pessoa, A, 2006. *Manguinhos como pôde ser - A inacabada dinâmica urbana de um bairro carioca*, Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, ProUrb/UFRJ